



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01720866820198060001

SOMPO SEGUROS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SAVIO WESLEY SOUZA VIEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA DIVERGÊNCIA NO LAUDO PERICIAL

Inicialmente, cumpre informar que o ilustre perito divergiu quanto o lado da lesão apurada no autor, eis que informa BLOQUEIO ARTICULAR MODERADO EM OMBRO DIREITO, COM LIMITAÇÃO NA ELEVAÇÃO DO OMBRO ESQUERDO.

BLOQUEIO ARTICULAR MODERADO EM OMBRO DIREITO, COM LIMITAÇÃO NA ELEVAÇÃO DO OMBRO ESQUERDO E LIMITAÇÃO MODERADA NA ROTAÇÃO INTERNA DA ARTICULAÇÃO.

Sendo assim, vem requerer a intimação do Perito para esclarecer quanto à divergência acima exposta.

DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO NA DATA DO SINISTRO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Contudo, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

EXA., VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA NÃO APRESENTOU BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO NA DATA DO ALEGADO ACIDENTE, E AINDA, O BOLETIM DE Ocorrência FOI REGISTRADO 03 MESES APÓS O SINISTRO, NÃO HÁ TESTEMUNHAS PARA CONFIRMAR A NARRATIVA, CONSTANDO APENAS RELATOS, TOTALMENTE UNILATERAIS DA PARTE AUTORA PARA SUA PRÓPRIA CONVENIÊNCIA.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA LESÃO APURADA NO LAUDO PERICIAL

50% OMBRO ESQUERDO

Em que pese o alegado acima, caso não seja este o entendimento do Douto Juízo, há de se ressaltar que não é crível que os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 15 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE